



Morgadio de Melres

Manuel da Cunha Coutinho Portocarreiro (séculos XVII-XVIII)

Desconhece-se o paradeiro do documento fundador do vínculo de Melres. Porém, conhecemos a habilitação para familiar do Santo Ofício do terceiro morgado, a qual nos dá elementos bastante reveladores da sua condição social e dos fartos rendimentos de que a sua família auferia. O nosso texto reflete assim uma investigação bastante comum e muito relevante: procurar documentos alternativos sobre os vínculos, quando nos faltam os produzidos por essas instituições, mormente o documento fundador.

Manuel da Cunha Coutinho de Portocarreiro (avô homónimo do que aqui se apresenta) foi o primeiro morgado de Melres e viveu na vila de Melres, concelho extinto em 1834 e integrado no concelho de Gondomar, onde instituiu o morgadio, sob a invocação de São Tiago, com capela na igreja matriz. Teria sido ele a instituir o vínculo, em data desconhecida. Recuperou o nome Portocarreiro do trisavô e, desde então, a sua família passou a usar também o nome Coutinho, oriundo do seu avô paterno (SOVERAL, 1997: 47-48; OLIVEIRA, 1936: 506). Casou em 1601 com D. Antónia Ferraz Vieira, natural de Melres e sepultada na igreja matriz, cujo dote incluía várias propriedades na freguesia, nomeadamente a Quinta de Marrocos – atualmente Quinta ou Casa da Bandeirinha –, tendo ficado tudo vinculado no morgadio de Melres instituído pelo casal (SOVERAL, 1997: 48).

O segundo morgado de Melres, Manuel da Cunha Osório de Portocarreiro, concluiu as obras iniciadas pelo pai na casa de família (Casa de Melres) e colocou o brasão de armas na lateral da casa, esquartelado de Cunha e Osório, pela parte paterna, e Ferraz e Vieira, pela via materna. A distribuição de quartéis parece não estar heraldicamente correta, tendo Cunha na primeira, Ferraz na segunda, Vieira na terceira e Osório na quarta. Esta pedra de armas é diferente da que se encontra no portão principal, esquartelada de Portocarreiro, Cunha, Coutinho e Osório. Manuel da Cunha Osório casou-se com D. Maria Ferraz de Sousa, sua parente (SOVERAL, 1997: 51).

O terceiro morgado, Manuel da Cunha Coutinho de Portocarreiro, fidalgo de Solar, sucedeu também como 16.º Senhor da Torre de Portocarreiro, incluindo o padroado da igreja de Vila Boa de Quires, 7.º senhor do Paço de Santa Ovaia, 6.º senhor do Paço de Valpedre e da Quinta do Vau, 5.º senhor da Casa do Padrão de Belmonte, senhor das Quintas do Barral, de Valbom e da Quebrada, entre outras propriedades. Nasceu a 26 de outubro de 1641, na Casa de Valbom, e faleceu em 28 de outubro de 1719, na Casa de Melres, sendo sepultado na igreja matriz. Casou a 29 de junho de 1683 na mesma igreja, por procuração, com D. Maria Luísa de Alarcão e Albuquerque (1657-1722), tendo tido onze filhos (SOVERAL, 1997: 54-59). Manuel da Cunha tinha também um filho natural, Feliciano, havido de D. Isabel de Oliveira (ANTT, Habilitações do Santo Ofício, *Manuel*, mç. 31, doc. 692, fl. não numerado).

Em data anterior a 23 de janeiro de 1683, Manuel da Cunha Coutinho Portocarreiro efetuou uma petição para ser familiar do Santo Ofício. A aprovação do candidato pelo relator do Conselho Geral deu-se a 16 de julho de 1684, tendo obtido voto favorável a 21 de julho de 1684 (ANTT, Habilitações do Santo Ofício, *Manuel*, mç. 31, doc. 692, fl. 1, fls. finais, não numerados).

É precisamente este documento que, além de comprovar a sua ascendência, conserva um conjunto muito relevante de informações que nos permitem conhecer melhor o terceiro morgado e o vínculo de Melres. As condições para Manuel da Cunha ser familiar do Santo Ofício foram atestadas por inquirições de testemunhas, com a finalidade de apurar a capacidade do candidato à função. Uma testemunha referiu que o habilitando, os seus pais e avós sempre foram conhecidos por “legítimos e inteiros cristãos-velhos”, “de limpo sangue e geração”. Nunca tinham sido presos nem penitenciados pelo Santo Ofício, e que o candidato era “homem virtuoso”, com “juízo e capacidade” para “negócios de segredo e importância” como os do Santo Ofício, apto para dar “muito boa conta” de tudo o que lhe fosse encarregue. Confirmaram ainda que sabia ler e escrever e que teria “rendimentos de sete ou oito quintas para se sustentar” – informações reiteradas pelas demais testemunhas (ANTT, Habilitações do Santo Ofício, *Manuel*, mç. 31, doc. 692, fls. não numerados).

Manuel da Cunha Coutinho Portocarreiro fez justificação de nobreza em 13 de maio de 1715, lavrada no tabelião da vila de Melres, e é possível que tenha sido ele a iniciar as obras de construção do Palácio da Bandeirinha, no Porto (SOVERAL, 1997:

54), que acabou por “batizar” com o mesmo nome, já no século XIX, a Quinta de Marrocos (Casa de Melres) (*website* [Arquivo Histórico de Gondomar](#)). Na Casa de Melres mandou colocar os tetos em talha no salão principal e na sala do ofício, sítios no 1.º andar do edifício e datados de 1698. Apresentam um brasão de armas esquartelado de Cunha, Portocarreiro, Coutinho e Osório.

Atualmente, a Quinta da Bandeirinha representa, para os locais de Melres, a Sede da União de Freguesias de Melres e Medas, o núcleo museológico de Melres e Medas, a Universidade Sénior da freguesia, e ainda o posto dos CTT, continuando a ser um edifício importante, mas por razões diferentes das do passado.

O presente Vínculo do Mês foi elaborado no contexto do concurso Cria Vínculos com a História.

Escola: AEG1/Escola Secundária de Gondomar.

Turma: 11.º 11.

Docente: Maria Manuela Ferreira Santos.

Alunos: Alexandre Brochado, Ana Maria Nóvoa, Beatriz Teixeira, Bruna Pereira, Catarina Machado, Inês Alexandra Gandra, Inês Carvalho, Leonor Taveira, Leonor Fernandes, Luana Barbosa, Maria Beatriz Oliveira, Maria Eduarda Vieira, Mariana Jesus, Rafaela Rosário, Simão Alves.

Coordenação: Maria de Lurdes Rosa, Leonor Dias Garcia.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, *Manuel*, mç. 31, doc. 692. [22/02/2024] Disponível em <https://digitalq.arquivos.pt/details?id=2337613>.

OLIVEIRA, Camilo de – *O Concelho de Gondomar. Apontamentos monográficos*. Vol. III. Porto: Imprensa Moderna, 1936, pp. 494, 506-507. Disponível em [22/02/2024] https://www.google.pt/books/edition/O_concelho_de_Gondomar/nXQvAQAAMAAJ?hl=pt-PT&gbpv=1

SOVERAL, Manuel Abranches de – *Portocarreros do Palácio da Bandeirinha*. Porto: Ed. MASmedia, 1997, pp. 46-59.

Website do Arquivo Histórico de Gondomar – *Documento do Mês. Julho de 2023. Projeto de remodelação da Quinta da Bandeirinha.* [22/02/2024] Disponível em <https://arquivohistorico.cm-gondomar.pt/Destaques/Documento-do-Mes/Historico/emodule/505/egallery/48>

